

Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar

Aging and the design of the built environment: an interdisciplinary approach

Sérgio Luiz Valente Tomasini*

Resumo

A população de idosos tem crescido rapidamente em todo o mundo. Esse fenômeno é particularmente preocupante junto aos países em desenvolvimento, uma vez que a velocidade de crescimento dessa população é bastante alta se comparada à que ocorreu nos países desenvolvidos, que tiveram mais tempo para se preparar para o envelhecimento de sua população. Dentre as inúmeras preocupações relacionadas ao desafio de proporcionar qualidade de vida adequada a essa população, destaca-se aqui o oferecimento de ambientes mais adequados às reais necessidades dos idosos. Nesse sentido, o presente artigo procura apresentar reflexões sobre possíveis bases teóricas capazes de suportar intervenções para melhor adequar esse ambiente às suas necessidades. Para isso, reporta-se, inicialmente, à colaboração da gerontologia ambiental como campo de pesquisa dentro do enfoque gerontológico a se dedicar à compreensão das interações dos idosos com seus cenários físicos e sociais. Sobre essas reflexões,

o artigo procura discutir o potencial do método de planejamento denominado “*design social*” para produzir ambientes mais adequados às reais necessidades de usuários idosos.

Palavras-chave: envelhecimento, idosos, gerontologia ambiental, ambiente construído, *design social*.

* Engenheiro-agrônomo, mestre em Engenharia Civi, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Recebido em nov. 2004 e avaliado em dez. 2004

Introdução

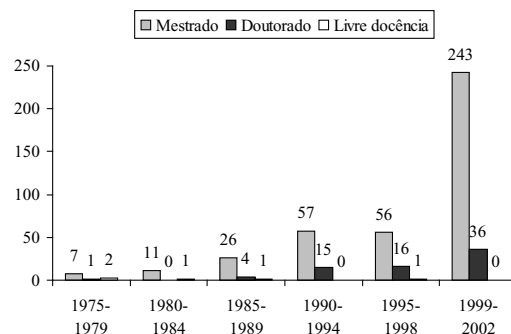
O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno observado mundialmente e que teve início nos países desenvolvidos ainda no começo do século XX. Nos países em desenvolvimento, pode ser observado somente a partir de 1950, porém num ritmo bem mais acelerado. De acordo com Freitas (2004, p. 20), atualmente cerca de 60% das pessoas com sessenta anos ou mais vivem em países em desenvolvimento, devendo atingir 75% em 2025.

Essa situação é bastante preocupante quando se pensa no despreparo das estruturas econômicas, sociais e políticas desses países para lidar com os impactos dessa transição demográfica, de forma a garantir uma qualidade de vida adequada à crescente população de idosos. Freitas (2004, p. 20) lembra que, nos países em desenvolvimento, os fatores mais determinantes para a mudança do perfil demográfico foram os avanços tecnológicos aplicados à medicina, não o aumento do nível de qualidade de vida da população.

O Brasil encontra-se entre os países da América Latina que têm experimentado um maior aumento na população de idosos. Atualmente, apresenta um percentual de 8,6% de sua população constituída por indivíduos com idade igual ou acima de sessenta anos, ou seja, 14,1 milhões de idosos, o que o posiciona em sétimo lugar entre os países que apresentam as maiores populações de idosos no planeta – devendo ainda passar para a sexta colocação em 2025, com 33,4 milhões de idosos (WHO, 2002, apud FREITAS, 2004, p. 23-24).

Associado ao envelhecimento da população brasileira e à difusão dessa

transição demográfica pelos meios de comunicação, observa-se uma crescente preocupação com a qualidade de vida do idoso também na pesquisa científica. A esse respeito é interessante citar o estudo realizado por Goldstein (2002) a respeito da produção de teses e dissertações sobre o processo de envelhecimento e a velhice com enfoque gerontológico entre 1975 e 2002. A autora levantou um total de 511 trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros nesse período, dentre os quais 431 são dissertações de mestrado, 75, teses de doutorado e cinco, teses de livre docência. Observando a evolução dessa produção na Figura 1, pode-se verificar um aumento significativo no número de trabalhos realizados no início da década de 90 e, no final desta mesma década, um incremento extremamente brusco dessa produção.



Fonte: Goldstein, 2002.

Figura 1. Produção científica brasileira na área da gerontologia entre 1975 e 2002

A autora salienta ainda a grande ampliação no leque de áreas de conhecimento envolvidas nessa produção, principalmente no final do século 20. Assim, os primeiros trabalhos começaram nas áreas

da psicologia, sociologia, serviço social e enfermagem; dez anos depois, começaram a surgir nas áreas de educação e educação física. Em 89 apareceram pesquisas nas áreas de fonoaudiologia, comunicações e direito e, em 94, na área de administração. Por fim, no final da década de 90, o leque se abriu ainda mais, encontrando-se estudos nas áreas de farmácia, engenharia de produção, lingüística aplicada, história e turismo.

Se, por um lado, o trabalho de Goldstein (2002) revela um crescente interesse no âmbito das universidades e um considerável volume de resultados nacionais produzidos recentemente sobre os temas envelhecimento e velhice, por outro, permite questionar sobre o grau de integração entre as diferentes áreas envolvidas nesses estudos, no sentido de se buscar a interdisciplinaridade necessária ao enfoque gerontológico. Citando as palavras de Doll (2004, p. 98), “o aspecto da interdisciplinaridade não é uma questão periférica para a gerontologia, mas trata-se de um dos seus fundamentos principais”.

Essa preocupação é particularmente importante no que diz respeito às áreas emergentes relacionadas ao estudo da velhice e do envelhecimento com pouca tradição na investigação desses temas. Dentre essas destacam-se aqui aquelas ligadas ao planejamento do ambiente construído, foco do presente artigo. Nos últimos anos, a mídia tem veiculado, com bastante frequência, informações sobre adaptações no ambiente construído (especialmente nas edificações residenciais) para melhor atender às necessidades dos idosos. A veiculação de tais informações reflete o crescimento das preocupações com a produção

de ambientes mais inclusivos nas escolas de engenharia e arquitetura e, também, o despertar dos profissionais das áreas relacionadas para o grande potencial de mercado representado pelo usuário idoso. No entanto, a tarefa de projetar ambientes para usuários idosos ainda é tratada de forma bastante superficial, visto que as suas necessidades são quase sempre comparadas e reduzidas às necessidades dos portadores de deficiência. Urge, portanto, uma maior integração dessas áreas com outras mais tradicionais nos estudos do envelhecimento e da velhice, a fim de se atingir uma maior compreensão sobre esses fenômenos e suas implicações para o projeto do ambiente construído.

Este artigo parte, portanto, do pressuposto de que essa integração depende de uma maior participação das áreas relacionadas ao ambiente construído na construção do enfoque interdisciplinar da gerontologia. Por outro lado, acredita-se que a pesquisa e a aplicação voltadas à produção de ambientes mais adequados aos idosos podem ser profundamente enriquecidas pela contribuição teórica da gerontologia, particularmente de uma de suas linhas ainda pouco conhecida no Brasil: a gerontologia ambiental. Dessa forma, o artigo procura, em sua primeira parte, apresentar a gerontologia ambiental em seu histórico, abrangência, principais preocupações e alguns fundamentos teóricos. Na segunda parte, são feitas algumas discussões sobre as implicações das teorias em gerontologia ambiental para o planejamento do ambiente construído. Com base nessas discussões, o artigo procura refletir sobre como um método de planejamento, denominado “*design* social”, poderia vir

ao encontro das teorias em gerontologia ambiental a fim de gerar ambientes mais adequados às reais necessidades dos idosos.

Gerontologia ambiental

A gerontologia ambiental é a área da gerontologia que se concentra na descrição, explicação e modificação (ou otimização) das relações entre idosos e seus contextos socioespaciais. Dessa forma, desempenha um importante papel dentro do empreendimento gerontológico ao explicitar considerações do ambiente sociofísico¹ na teoria e pesquisa sobre envelhecimento (WAHL e WEISMAN, 2003).

Pode-se dizer que, dentro da evolução da gerontologia, a gerontologia ambiental teve seu nascimento em 1959, através da publicação do *Handbook of Aging and the Individual*, do qual um dos capítulos, escrito por Kleeimer (1959, apud WAHL e WEISMAN, 2003, p. 618), trata especificamente das questões que envolvem as relações entre o comportamento de idosos e os seus ambientes. Durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a gerontologia ambiental passou por uma intensa atividade em termos de produção teórica. Assim, em 1973, Lawton e Nahemow apresentaram o modelo da “pressão competência”, que se tornou um marco para os trabalhos desenvolvidos na área. Essa atividade teórica atingiu seu auge na década de 80, quando Lawton, Windley e Byerts (1982, apud WAHL e WEISMAN, 2003) publicaram a obra *Aging and the environment: theoretical approaches*. Nesse mesmo período, Lawton (1980, apud WAHL e WEISMAN, 2003)

produziu uma série de traduções das principais descobertas da gerontologia para a aplicação ao planejamento e ao *design* do espaço construído.

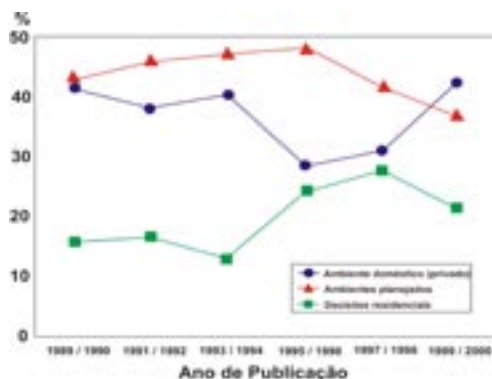
Ao procurar delimitar o campo de trabalho da gerontologia ambiental, Wahl e Weisman (2003, p. 617) apontam os seguintes tópicos de interesse da área:

- as possibilidades de moradia para idosos em termos de composição da habitação, propriedades, padrões de moradia, tempo de residência e satisfação residencial;
- a natureza e o impacto de modificações no lar, incluindo tanto modelos teóricos e diretrizes de planejamento necessários para reformular os lares como o escopo da institucionalização da velhice, desde aspectos como relocação até o *design* de unidades para idosos com demência ou outros cenários especializados;
- o papel das vizinhanças e sua influência nas oportunidades e limitações para seus residentes, e também o lugar do envelhecimento numa ampla perspectiva social e política.

Como consequência dessa diversidade de interesses, abordagens teóricas e estratégias de pesquisa empírica em gerontologia ambiental são desafiadas a trabalhar em níveis de análise muito diferentes, tanto em relação ao tipo de lugar e escala de agregação social – do lar à vizinhança, à cidade e à região rural, bem como do indivíduo ao grupo, à organização –, como ao tipo de processo envolvido, tais como perceptivo, afetivo ou cognitivo (WAHL e WEISMAN, 2003).

A partir de uma pesquisa quantitativa da produção de estudos empíricos

em gerontologia ambiental entre 1989 e 2000, Wahl e Weisman (2003) procuraram identificar tendências quanto aos temas estudados para a pesquisa na área no início deste novo milênio. Para tanto, os autores dividiram essa produção em três grandes temas que consideram clássicos para os estudos de gerontologia ambiental: – o ambiente doméstico ou privado, os ambientes planejados (instituições) e as decisões residenciais (referentes às opções de moradia, envolvendo mudanças de uma residência para outra, de uma residência para uma instituição, entre instituições, ou, ainda, de instituições para residências). A evolução da produção nesse período para os três grandes temas citados pode ser visualizada na Figura 2, observando-se que o interesse pelo tema “decisões residenciais” teve um crescimento a partir de 1993 e 1994. Verifica-se também uma redução dos estudos relacionados aos ambientes planejados, porém o interesse sobre o ambiente doméstico ou privado parece ter sido recuperado entre 1995 e 1998, após ter sofrido um decréscimo nos anos anteriores.



Fonte: adaptado de WAHL e WEISMAN, 2003.

Figura 2. Evolução da produção de estudos empíricos em gerontologia ambiental entre 1989 e 2000

Sobre a produção de estudos durante a década de 90, Wahl e Weisman (2003), referem ainda que, nesse período, houve uma tendência ao maior desenvolvimento de pesquisas em áreas mais aplicadas, como a arquitetura e o *design* de interiores. De acordo com os autores, se, por um lado, essa produção resultou de uma preocupação geral da gerontologia ambiental em transformar a teoria em prática, por outro, esteve muito pouco articulada à teoria já existente, utilizando-a muito pouco e contribuindo muito pouco para o seu incremento. A seguir, procura-se apresentar a essência dessa teoria a fim de facilitar as discussões que serão feitas no título seguinte, o qual procurará explorar possíveis relações entre a teoria existente com a tarefa de produzir ambientes mais adequados às necessidades dos idosos.

Teorias em gerontologia ambiental

Dentre os diversos modelos teóricos têm sido desenvolvidos com o intuito de explicar as relações dos idosos com o ambiente destacam-se o modelo ecológico e o modelo da congruência entre o idoso e o ambiente. Ambos partem do princípio comum de que, na idade avançada, o ambiente deve servir como facilitador, amortecedor e atenuador das dificuldades encontradas, propiciando as adaptações necessárias para a continuidade de uma vida independente e satisfatória.

O modelo ecológico da compreensão da interação ambiente/idoso, proposto por Lawton (1990, apud CUPERTINO, 1996, p. 13), resulta em duas proposições: a proposta da docilidade do ambiente e a proposta do ambiente pró-ativo. A primeira proposta é clara para idosos com déficits diversos, visto que o ambiente

equipado com auxílio protético estaria interferindo nos resultados adaptativos do idoso; a segunda proposta, do ambiente pró-ativo, defende que, conforme o idoso é fortalecido em sua capacidade de desempenho, a possibilidade de que o utilize para atender às suas necessidades pode igualmente aumentar, ou seja, o ambiente pró-ativo destaca, sobretudo, a possibilidade de que os idosos, apesar das perdas biológicas que lhes são inerentes, mantenham a capacidade de engajamento satisfatório com os ambientes físico e social. As duas propostas consideram a capacidade de funcionamento do idoso, indo de um extremo a outro, tendo em comum que o ambiente deve se adequar às características deste, ou seja, mesmo quando o idoso se encontra fragilizado e com a capacidade cognitiva e social atingida, experimentando uma redução do espaço de atuação, o ambiente pode favorecer uma continuidade na rede de relações com os outros e com o mundo, bem como a experiência de satisfação (LAWTON, 1990 apud CUPERTINO, 1996, p. 13).

Lawton (1990, apud CUPERTINO, 1996, p. 13) afirma que cada indivíduo tem um nível ou zona de demanda ambiental que, sendo atendida, poderia conduzir ao alcance de níveis ideais de ajustamento, conforto e desempenho. Em caso contrário, quando a demanda sai do ideal, seja para mais ou para menos, aconteceria o comportamento menos eficiente. Independentemente do nível de capacidade funcional restante, o idoso deve permanecer ativamente engajado e ser solicitado pelo meio, buscando oportunidade de alcançar a satisfação através deste. Na compreensão de Lawton, os idosos mais debilitados adaptar-se-iam a uma

menor variedade de ambientes, ao passo que o oposto aconteceria com aqueles com capacidade funcional mais intacta.

O modelo da congruência, proposto por Carp e Carp (1984, p. 279-336), está fortemente baseado no modelo ecológico de Lawton e é apresentado em duas partes, diferenciadas de acordo com o nível de necessidade ou o tipo de congruência entre o idoso e o ambiente.

A primeira parte do modelo concentra-se nas necessidades de ordem básica ou de manutenção da vida. Neste nível, as características da pessoa e do ambiente facilitam, permitem ou inibem a satisfação das necessidades básicas através do desempenho adequado ou não das atividades da vida diária necessárias para a continuidade de uma vida independente. Em outras palavras, constituem as competências pessoais e os recursos/barreiras do ambiente relevantes para o desempenho das atividades da vida diária. Neste caso, a congruência é o grau de complementaridade entre as competências pessoais e os recursos/barreiras do ambiente relevantes para o desempenho das atividades da vida diária. Por exemplo, quando as competências pessoais são muito limitadas, pode ser necessário auxílio protético para atingir um nível adequado de complementaridade com o ambiente.

Nesta parte do modelo, tanto pessoa como ambiente são variáveis que afetam diretamente os resultados de congruência esperados, isso é, algumas pessoas são capazes de se adaptar a uma grande variedade de ambientes diferentes, ao passo que outras somente se adaptam a poucos ambientes. Da mesma forma, alguns ambientes podem facilitar o desenvolvimento normal das atividades diárias para uma grande gama de pessoas

com necessidades diferentes, ao passo que outros incluem demandas ou barreiras que somente se adequam às capacidades de poucas pessoas (CARP e CARP, 1984, p. 281-282).

A segunda parte do modelo trata das necessidades pessoais de ordem mais elevada (*higher order needs*) e das características do ambiente que facilitam, permitem ou inibem a satisfação dessas necessidades. O conceito de congruência neste nível difere do nível anterior e corresponde à similaridade entre o grau de necessidade em relação a um fator ambiental e o suporte oferecido pelo ambiente. Aqui, as variáveis pessoa e ambiente não são positivas nem negativas do ponto de vista adaptativo. Por exemplo, não é melhor nem pior para uma pessoa ter maior ou menor necessidade de privacidade, ou para um ambiente proporcionar mais ou menos condições nesse sentido. O melhor encaixe entre pessoa e ambiente se dá pela similaridade entre uma necessidade e o suporte oferecido pelo ambiente – um ambiente que proporcione um alto grau de privacidade para uma pessoa que tenha uma alta necessidade nesse sentido (CARP e CARP, 1984, p. 281).

Em suma, o modelo da congruência assume que o bem-estar é influenciado pela extensão com que as competências pessoais encontram as demandas ambientais necessárias para a continuação de uma vida independente e, ainda, pela extensão com que os recursos do ambiente encontram as necessidades pessoais, não somente aquelas necessárias à sobrevivência, mas também aquelas mais subjetivas, como socialização, privacidade e experiência estética.

Planejamento do ambiente construído e necessidades dos idosos

O planejamento do ambiente construído em função das necessidades dos usuários vem ganhando grande destaque no cenário da construção civil através da abordagem conhecida como “desempenho das edificações”. Essa abordagem, que hoje é o centro das discussões sobre tecnologia da construção em nível internacional, significa, em primeiro lugar, e acima de tudo, trabalhar pensando antes em fins do que em meios, isto é,

[...] preocupa-se com o que se exige de uma edificação ou produto e não em prescrever em como este será construído. Isto não significa que os meios – tipo particular de construção, produtos ou materiais – não sejam considerados; eles são, mas estritamente no sentido de que estes meios irão atingir os fins. Esta abordagem implica ainda dizer que a função ou fim de um determinado produto é satisfazer as exigências ou necessidades de seus usuários (CONSEIL, 1982).

Quando se pensa em projetar ambientes para idosos, essa abordagem apresenta-se particularmente pertinente, tendo em vista que o processo de envelhecimento modifica profundamente as relações do indivíduo com o seu ambiente. Essas novas relações implicam necessidades que dificilmente são contempladas pelos ambientes construídos das cidades, os quais são quase sempre projetados tendo-se em vista o usuário jovem.

De acordo com Cupertino (1996, p. 3), as transformações e modificações restritivas e limitadoras da velhice provocam

a emergência de algumas questões que assumem uma importância relativa bem maior do que em outras fases do desenvolvimento humano. Um aspecto que ganha relevância no período do envelhecimento refere-se à questão do local de moradia. É na velhice que o local de moradia atua como uma dimensão que intervém e que pode atender, ou não, às novas necessidades emergentes. Na realidade do idoso, o ambiente, nos seus aspectos físico e social, surge como um ponto decisivo para o desenvolvimento e a manutenção de um estilo de vida adequado, que promova a satisfação com a vida, a preservação da capacidade funcional e a autonomia (CUPERTINO, 1996, p. 3).

Para Lehr (1999, p. 24), com a diminuição do preparo físico, o meio ambiente passa a determinar o comportamento dos indivíduos. O meio ambiente físico pode contribuir para a dependência e a restrição do espaço de vida ou pode ser favorável e adaptável, estimulando atividades e aumentando as competências existentes, assim como os recursos pessoais.

A compreensão dessas novas relações que os indivíduos passam a desenvolver com os seus ambientes à medida que envelhecem é, portanto, de fundamental importância para a tarefa de identificar as necessidades dos idosos em relação ao ambiente construído. Conforme afirmado anteriormente, este artigo parte do pressuposto de que a contribuição dos estudos em gerontologia ambiental pode representar um referencial valioso no sentido de estimular e fundamentar teoricamente a pesquisa e a aplicação preocupadas com a produção de ambientes físicos mais adequados aos idosos e suas necessidades específicas.

Sabe-se que o processo de envelhecimento é um fenômeno bastante complexo e que ocorre de forma multidimensional. Toda e qualquer intervenção que vise aumentar a qualidade de vida dos idosos deve ter em vista essa complexidade, o que exige, necessariamente, uma visão interdisciplinar. Como pode ser visto no capítulo anterior, a gerontologia ambiental, pela diversidade de pontos de vista abrangidos por suas preocupações, apresenta a necessária interdisciplinaridade no estudo das relações dos idosos com seus ambientes. Por outro lado, como também foi discutido anteriormente, os estudos desenvolvidos em áreas aplicadas, como engenharia e arquitetura, utilizam muito pouco o referencial teórico disponível nessa área, o que gera uma lamentável lacuna entre teoria e aplicação.

Essa lacuna leva a sérias limitações no planejamento de ambientes que pretendem satisfazer às necessidades dos idosos. Uma das limitações mais comuns resulta de imagens preconceituosas sobre a velhice, como a associação imediata e simplista das necessidades dos idosos com as necessidades dos portadores de deficiência. Essa associação reflete uma visão precipitada e incompleta sobre a velhice e o processo de envelhecimento, que leva, com muita frequência, o projetista a concentrar-se excessivamente em preocupações com acessibilidade e segurança, negligenciando outros aspectos importantes.

Analisando o modelo ecológico de Lawton (1990, apud CUPERTINO, 1996), compreende-se que, embora o ambiente deva compensar as perdas advindas do envelhecimento, um ambiente que “faz

tudo por ele”, que pressupõe sua dependência, pode ser igualmente prejudicial. O ambiente deve ser também estimulante, incentivando o idoso a manter sua capacidade funcional.

Também o modelo de Carp e Carp (1984) traz implicações de grande relevância para o trabalho do projetista. Assim, preocupações com o caráter dos ambientes são importantes no sentido de produzir ambientes que complementem as necessidades de uma maior gama de idosos possível – dessa forma, quanto mais suporte esse ambiente oferecer, mais inclusivo ele será. Por outro lado, o projetista deve estar atento para a multidimensionalidade do processo de envelhecimento e, conseqüentemente, para a diversidade da velhice, o que implica necessidades mais subjetivas (*higher order needs*) e muito variáveis de indivíduo para indivíduo. A compreensão dessas necessidades deve guiar o projetista na concepção de ambientes personalizados.

Feitas essas considerações, procura-se, a seguir, apresentar um método de planejamento participativo do ambiente construído, denominado “*design social*”, bem como algumas reflexões sobre o seu potencial para a aplicação ao planejamento de ambientes para idosos.

Design social

Sommer (1983) defende que o ambiente construído deveria ser projetado com uma maior participação do usuário a fim de melhor atender às suas necessidades. Dessa forma, propõe uma forma participativa de projetar, à qual denomina “*design social*”, que resultaria da ligação entre as

ciências comportamentais a arquitetura e urbanismo. Sommer procura caracterizar o *design social* da seguinte forma:

Design social significa trabalhar com as pessoas ao invés de trabalhar para elas; envolver as pessoas no planejamento e manejo dos espaços nos quais estão inseridas; educá-las para utilizar o ambiente de forma sensata e criativa para atingir um balanço harmonioso entre ambiente social, físico e natural; desenvolver uma consciência de beleza e um senso de responsabilidade para com o ambiente do planeta e para com outras criaturas vivas; gerar, compilar e tornar disponíveis informações sobre os efeitos de atividades humanas sobre o ambiente físico e natural, incluindo os efeitos do ambiente construído sobre seres humanos. *Designers* sociais não podem atingir estes objetivos sozinhos e sim com a participação de estruturas de organizações maiores, que incluem as pessoas para quem o projeto está sendo desenvolvido (p. 7).

O processo de *design social* envolve as seguintes fases: programação, *design*, construção, uso e adaptação e avaliação pós-ocupação. A programação ainda consiste de três etapas: estudo das necessidades dos usuários, envolvimento dos usuários nas possibilidades de *design* e tradução de suas necessidades em orientações de *design* (GIFFORD, 1997).

A primeira etapa da programação envolve o discernimento das necessidades dos usuários através de levantamentos e entrevistas, de observações de seus comportamentos e estudo de traços físicos deixados pelas pessoas. A segunda etapa envolve a participação direta do usuário no processo de *design*, incluindo a motivação, o acionamento e a educação dos usuários. A terceira etapa envolve o estabelecimento

de diretrizes específicas para o *design* da edificação. Transformar essas diretrizes em planos e em realidade é o trabalho de arquitetos e construtores (GIFFORD, 1997).

Na fase de *design* propriamente dita, as orientações de *design* serão transformadas em projetos para as edificações, ou para o ambiente construído em questão. Após a construção e a ocupação das edificações, o projetista retorna para monitorar o comportamento do usuário e as possíveis alterações que estes possam ter realizado nas novas edificações, levadas a cabo na fase de uso e adaptação. A avaliação pós-ocupação será realizada, então, a fim de examinar a eficácia da programação e do *design*, utilizando, para isso, uma série de ferramentas ligadas às ciências sociais. A avaliação pós-ocupação é a investigação, ou exame, da eficácia de ambientes ocupados para com seus usuários. Esse tipo de avaliação difere daquela baseada apenas na leitura do *design* e na visão estética do arquiteto. Em contraste, na avaliação pós-ocupação, as edificações são julgadas com base nas impressões e no comportamento do usuário no ambiente avaliado (GIFFORD, 1997).

Refletindo-se sobre a aplicação do método de *design* social para o planejamento de ambientes destinados a idosos, pode-se pressupor uma série de resultados positivos no sentido de produzir ambientes mais congruentes com as necessidades desse grupo de usuários.

A participação dos usuários em todas as fases do processo, especialmente durante o seu envolvimento na determinação

das possibilidades de *design*, representa uma oportunidade de educar os idosos para as novas relações com os espaços físicos que ocorrem em função do envelhecimento. Esse trabalho, necessariamente interdisciplinar,² pode auxiliar o idoso a compreender como pode utilizar e adaptar o espaço para suas novas necessidades, possibilitando-lhe aumentar suas competências pessoais em relação aos seus ambientes.

A participação do idoso no processo de planejamento dos espaços a ele destinados exige uma mudança de postura do projetista, que está relacionada à própria imagem estereotipada que a sociedade faz da velhice, a qual pressupõe a dependência e a incapacidade do idoso de se autodeterminar. A esse respeito, é interessante citar as discussões apresentadas no trabalho de Domingues e Queiroz (2000) sobre a tendência dos profissionais da área da saúde de adotar uma postura semelhante nesse sentido. Assim, as autoras procuram refletir sobre como deveria ser a atitude desses profissionais, em contraste com a atitude estereotipada comumente adotada no trabalho com idosos, baseando-se no modelo proposto por Brower (1996, apud DOMINGUES e QUEIROZ, 2000) (Tabela 1). Esse modelo poderia ser transferido também para o trabalho do projetista, quando pensa no projeto do ambiente construído como uma intervenção que visa aumentar a qualidade de vida do idoso – especialmente daquele que reside numa instituição de longa permanência ou se encontra em situação de maior fragilidade.

Tabela 1. Modelo sobre o estereótipo do atendimento do profissional frente ao idoso contrapondo-se com a atitude mais desejável

Atitude estereotipada		Atitude desejável	
Idoso	Profissional	Idoso	Profissional, família e apoio comunitário
O profissional age por mim	Sou responsável pelo idoso	O profissional age comigo, com minha família e apoio comunitário	Somos co-responsáveis pelo tratamento e intervenção
O profissional acha que sou incapaz de agir sozinho	É triste vê-lo tão desprotegido; vou ajudá-lo	O profissional avalia minhas capacidades, e juntos veremos o que sozinho posso fazer	Sensibiliza, agrega familiares, dá apoio comunitário e, juntos, constroem uma relação de ajuda
Sinto-me impotente e incapaz	O cliente é incapaz e impotente em face da situação	Sinto-me respeitado pelo que sou e valorizo meu potencial	O cliente conta com o respaldo familiar e, juntos, são potentes para resolver situações-problema

Fonte: BROWER (1996, apud DOMINGUES e QUEIROZ, 2000).

Um novo olhar sobre o idoso aplicado ao processo de planejamento pode também produzir importantes resultados sobre a geração e o acúmulo do conhecimento destinado a orientar futuros projetos para este mesmo tipo de público. Seguindo esse raciocínio, os idosos são quem melhor conhece o processo de envelhecimento e como este tem impacto nas suas relações com o ambiente construído. Portanto, são eles que orientam o trabalho do projetista, podendo lhe fornecer importantes *insights* e, até mesmo, apresentar-lhe soluções de projeto que lhe seriam impossíveis de conceber sozinho. Por fim, o método de *design* social, através da avaliação pós-ocupação (a última etapa do processo), permite ainda avaliar o projeto em seu funcionamento, constatando soluções bem-sucedidas e identificando falhas a serem corrigidas em outros projetos.

Considerações finais

Ao apresentar informações sobre o campo da gerontologia ambiental e discutir o potencial de sua contribuição teórica a fim de orientar o planejamento de ambientes mais voltados às necessidades dos idosos, o artigo procurou salientar a necessidade de uma maior integração das disciplinas de engenharia e arquitetura com o enfoque gerontológico. Acredita-se que dessa integração possam decorrer importantes benefícios para o fortalecimento do *status* científico da gerontologia, especialmente no Brasil, onde as disciplinas ligadas ao ambiente construído não têm tradição nos estudos sobre a velhice e o envelhecimento (e, por isso, apresentam uma colaboração ainda muito restrita para essa ciência). Porém, como afirma Both (2001, apud DOLL, 2004, p. 99), a maior integração e colaboração entre ciências dependem, sobretudo, da disposição dos parceiros para o diálogo e para a aprendizagem.

Sobre essa integração é importante salientar ainda que, se, por um lado, as áreas aplicadas necessitam de maior embasamento teórico para a sua atuação tanto em pesquisa quanto em projeto, por outro, verifica-se uma necessidade de que as áreas mais relacionadas à produção de conhecimento teórico apresentem esse conhecimento de forma mais legível para os profissionais responsáveis pela aplicação desse conhecimento. Uma tarefa urgente para a pesquisa no Brasil seria, portanto, além da tradução de obras relacionadas às teorias da gerontologia ambiental para a língua portuguesa, a apresentação dessas teorias numa forma mais compreensiva aos profissionais ligados ao ambiente construído.

O artigo procurou apresentar ainda o método de *design* social como uma alternativa para o planejamento de ambientes voltados a usuários idosos. Com base nas reflexões apresentadas, esse método teria um grande potencial de integração entre disciplinas e, também, de articulação com os principais fundamentos teóricos da gerontologia ambiental. Antes, porém, de se pensar na aplicação desse método pelo projetista, o seu potencial integrador e teórico, e os seus efeitos sobre a qualidade de vida dos idosos (especialmente institucionalizados) devem ser investigados pela pesquisa científica.

Abstract

The elderly population has been growing fast all over the world. This phenomenon raises special concerns in developing countries because the increase of this age group is much faster in developing

countries if compared to what happened in developed countries, which had more time to prepare for the aging of their populations. Among several concerns related to the challenge of providing appropriate quality of life to the elderly, the offer of more adequate environment adapted to older adults' needs must be highlighted. Therefore, the objective of this article is to present an analysis of possible theoretical principles that may be the basis for practical actions to improve the adequacy of built environments according to the population's needs. In order to reach this goal, environmental gerontology is presented as a research field of the gerontological approach that aims at understanding the interactions of the elderly with their physical and social settings. Based on this analysis, the author intends to discuss the possibility of the planning method, the so-called social design, of producing built environments better adapted to the needs of elderly users.

Key words: aging, elderly, environmental gerontology, built environment, social design.

Referências

- CARP, F. M.; CARP, A. A complementary congruence model of well-being for the community elderly. In: ALTMAN, I.; LAWTON, M. P.; WOHLWILL, J. F. (Ed.) *Elderly people and the environment*. New York: Plenum Press, 1984.
- CONSEIL INTERNATIONAL DU BÂTIMENT. *Working with the Performance Approach in Building*. Rotterdam: CIB, 1982, Publication 64.
- CUPERTINO, A. P. F. B. *Avaliação pós-ocupação de instituições para idosos no Distrito Federal*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto

de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

DOLL, J. O campo interdisciplinar da gerontologia. In: PY, L. et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

DOMINGUES, M. A.; QUEIROZ, Z. P. V. Atitudes, mitos e estereótipos relacionados ao envelhecimento e a sua influência no atendimento domiciliar. In: DUARTE, Y. A. O. *Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico*. São Paulo: Atheneu, 2000.

FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L. et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

GIFFORD, R. *Environmental Psychology: principles and practices*. 2. ed. Allyn and Bacon, 1997.

GOLDSTEIN, L. L. *A produção científica brasileira na área da gerontologia*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env17.htm>>. Acesso em: 18 maio 2004.

LEHR, U. A revolução da longevidade: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. *Cadernos de Envelhecimento*, Porto Alegre: Ufrgs, v. 1, p. 7-35, 1999.

SOMMER, R. *Social design*. Englewood Cliffs, NJ: Prentic Hall, 1983.

WHAL, H. W.; WEISMAN, G. D. environmental gerontology at the beginning of new millennium: Reflections on Its historical, empirical, and theoretical development. *The Gerontologist*, v. 43, n. 5, p. 612-627, 2003.

Notas

¹ “Ambiente sociofísico” trata-se de um termo sugerido pela psicologia ambiental a fim de procurar abranger toda a complexidade envolvida nas inter-relações entre os ambientes físico, social, organizacional e cultural (WAHL e WEISMAN, 2003).

² Nesta etapa do trabalho, abrem-se oportunidades para a participação e integração de profissionais de formações bastante diversas relacionadas ao estudo do envelhecimento, especialmente daqueles de áreas ligadas à saúde e à educação.

Endereço

Sérgio Luiz Valente Tomasini
Núcleo Orientado para a Inovação da
Edificação - Norie
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Av. Osvaldo Aranha, 99, 3º andar
CEP 90035-190
Porto Alegre - RS
Tel.: (51)3316 3518; Fax: (51) 316 4054
E-mail: sergiiovtomasini@yahoo.com.br